INTRODUÇÃO

O Poder Executivo do Município de São Paulo remete a esta Egrégia Casa, dentro do prazo legal, o Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2022, elaborada em conformidade com as normas e princípios constitucionais, a Lei Federal nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e a Lei Municipal nº 17.595/2021. O projeto, além de estar em consonância com o projeto do Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2022-2025 e com o Programa de Metas 2021-2024, visa à conclusão e à continuidade de investimentos e políticas públicas já iniciados.

O orçamento de 2022 traz o aprimoramento da regionalização das despesas, que vem sendo trabalhada em parceria com a Secretaria do Governo Municipal no âmbito da integração entre os instrumentos de planejamento de médio prazo municipal, na identificação das peculiaridades e demandas de cada território do Município. A participação da sociedade civil foi fomentada por meio de audiências públicas e processos de envio e eleição de propostas para o orçamento, que, mesmo em um momento de cautela e restrição de circulação social, foram conduzidos virtualmente no âmbito das 32 Subprefeituras, de forma conjunta com a elaboração do Programa de Metas 2022-2024 e do projeto de Plano Plurianual 2022-2025, para que o orçamento correspondesse às necessidades e anseios prioritários dos cidadãos.

As dimensões do Município de São Paulo geram demandas na mesma proporção de seu território. A conjuntura econômica ainda complexa torna o cenário mais desafiador, levando à construção de um projeto que visa minimizar os desequilíbrios presentes no Município.

Nesse sentido, é fundamental ressaltar o impacto gerado pela pandemia de COVID-19, cujos efeitos práticos começaram a ser sentidos a partir de março de 2020, mas com consequências econômicas profundas, ainda não totalmente incorporadas nos cenários para os próximos anos, devido à sua elevada incerteza. A previsão é de que os cenários de curto e médio prazos serão de uma recuperação gradual e lenta, o que, naturalmente, causa efeitos nas receitas do Município, influenciando diretamente na capacidade de atuação da Prefeitura.

Com a finalidade de reduzir a limitação da atuação da Prefeitura, decorrente do cenário econômico adverso causado pela pandemia de COVID-19, a municipalidade solicitou à Câmara Municipal autorização para a contratação de empréstimos destinados a investimentos essenciais ao atendimento de necessidades da população paulistana.

Dessa forma, frente à complexa situação mundial, o presente Projeto de Lei busca contemplar ao máximo as demandas difusas da sociedade, a partir de uma ótica distributiva, inclusiva e transparente, mas respeitando, de forma rigorosa, o equilíbrio e a sustentabilidade das contas públicas. O persistente cenário de incerteza econômica e o crescimento sistemático de algumas despesas obrigatórias, além da atual situação de pandemia enfrentada mundialmente, tornam a tarefa particularmente desafiadora.

O reflexo da entrega de novos equipamentos públicos, bem como o aumento de capacidade dos já existentes, independentemente da área ao qual estejam inseridos – Saúde, Educação, Assistência Social, Mobilidade e Trânsito, e Verde e Meio Ambiente – bem como seus respectivos reflexos e impactos sociais, ampliaram proporcionalmente os custos operacionais e de manutenção incorridos pela Prefeitura. Assim, somados ao delicado cenário mundial face a pandemia e à difusão do coronavírus, a Prefeitura de São Paulo vem absorvendo os impactos diretos na área de Saúde com maior demanda por materiais complementares, equipamentos específicos e leitos isolados, além dos reflexos nas áreas de assistência social, educação, emprego e empreendedorismo, entre outras. Para enfrentar esses desafios, esta peça orçamentária prevê a continuidade da busca por eficiência das despesas públicas e contempla ainda a contratação de operações de crédito, adicionando ao orçamento um valor de aproximadamente R$ 2,67 bilhões e permitindo a manutenção da capacidade de investimentos e de melhoria da infraestrutura e da capacidade de atendimento da Prefeitura.

Outra importante iniciativa para impulsionar o investimento e que vem sendo trabalhada e aprimorada anualmente é o Plano Municipal de Desestatização - PMD. O plano prevê o redimensionamento estrutural do governo por meio de projetos de concessão, privatização e Parcerias Público-Privadas. Além das iniciativas concluídas até o momento, com destaque para a recente concessão do Vale do Anhangabaú, encontram-se em andamento diversos projetos que possibilitarão benefícios para as finanças municipais por conta das receitas decorrentes das outorgas e impostos, além dos custos de manutenção e de investimentos transferidos ao parceiro privado durante o período de vigência dos contratos. As receitas do Fundo Municipal de Desenvolvimento Social (FMD), advindas de termos de permissão de uso, outorgas e alienações em 2022, estão previstas em R$ 409 milhões.

DEMONSTRATIVO DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO 1º SEMESTRE DE 2021

O controle da pandemia configura-se como fator imprescindível para a recuperação da economia global. Embora o surgimento de novas variantes ainda cause incerteza em relação à retomada da atividade econômica, o avanço da vacinação ao redor do mundo, e no Brasil, tem apontado para uma melhora das condições sanitárias que possibilitam uma perspectiva de otimismo moderado. O aumento da mobilidade pela suspensão gradual das medidas restritivas, aliado à contenção do número de mortes e de novas infecções, tem permitido uma relativa melhora da economia.

Apesar das melhores condições sanitárias, cabe pontuar a aceleração inflacionária observada nos últimos meses e a persistência da taxa de desemprego em patamares elevados – fatores que contribuem para uma limitação do consumo das famílias. Somam-se a isso a iminência de uma crise hídrica, que pode também afetar a produção de bens, e a incerteza quanto à manutenção de uma política de ajuste fiscal. Tais fatores são refletidos nas projeções macroeconômicas, como pode ser observado nas atuais expectativas do mercado para a inflação, medida pelo IPCA, que deve fechar o ano com alta de 8,35% — acima da meta — assim como para a SELIC que deve subir ao patamar de 8,25%, causando o adiamento de decisões de investimento.

Há expectativa de crescimento do PIB de 5,04% em 2021, em relação ao ano anterior (Relatório Focus – 17/09/2021) — amparado pelo crescimento de 6,4% observado no primeiro semestre deste ano, quando comparado ao primeiro semestre de 2020. Para 2022, espera-se a recuperação moderada da atividade econômica, com crescimento de 1,63% do PIB e retorno da inflação para 4,10%, dentro do intervalo de tolerância da meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

A Proposta Orçamentária 2022 (PLOA-2022) foi elaborada segundo o estabelecido no projeto do Plano Plurianual (PPA), quadriênio 2022-2025 (também apresentado à Câmara Municipal) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2022, conforme disposto na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000. Para a apresentação da presente proposta orçamentária,

foram consideradas a atual conjuntura econômica e a projeção de indicadores, especialmente as variáveis macroeconômicas divulgadas pelo Banco Central no Relatório Focus.

Na tabela a seguir, observa-se a realização da receita no período de janeiro a junho de 2021 comparado ao mesmo período de 2020. O Orçamento Fiscal para o exercício de 2021, com receita estimada e despesa fixada em R$ 67.962.707.820,00 foi aprovado pela Lei nº 17.544, de 30 de dezembro de 2020.

Tabela 1 — Comparativo de receitas nos períodos janeiro a junho de 2020 e 2021.

Receita Consolidada Valores em R$ Milhões	2020			2021			Variação - Realizado	
	Orçamento Inicial	Orçamento Atualizado	Realizado até Junho	Orçamento Inicial	Orçamento Atualizado	Realizado até Junho	Nominal	Real
RECEITAS CORRENTES	**60.163**	**60.997**	**31.032**	**60.115**	**60.494**	**34.136**	**10,0%**	**1,5%**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	34.008	34.008	18.005	36.014	36.014	21.269	18,1%	9,0%
Receita de Contribuições	2.694	2.694	1.189	2.794	2.794	1.201	1,0%	-6,8%
Receita Patrimonial	3.438	3.438	1.577	1.745	1.745	514	-67,4%	-69,9%
Receita de Serviços	288	288	101	253	253	113	11,7%	3,1%
Receita de Transferências	17.295	18.129	9.291	17.220	17.599	10.592	14,0%	5,2%
Outras Receitas Correntes	2.441	2.441	868	2.089	2.089	447	-48,5%	-52,4%
RECEITAS DE CAPITAL	**5.622**	**5.624**	**1.709**	**4.649**	**4.659**	**1.070**	**-37,4%**	**-42,2%**
Operações de Crédito	675	677	388	1.031	1.031	2	-99,5%	-99,6%
Alienações de Bens	1.740	1.740	21	592	592	5	-77,2%	-79,0%
Amortização de Empréstimos	33	33	10	21	21	10	0,2%	-7,5%
Transferências de Capital	1.079	1.079	304	846	856	333	9,6%	1,2%
Outras Receitas de Capital	2.095	2.095	986	2.158	2.158	720	-27,0%	-32,6%
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIA	**3.138**	**3.187**	**1.350**	**3.149**	**3.149**	**1.346**	**-0,3%**	**-8,0%**
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	**66**	**66**	**0**	**49**	**49**	**0**	-	-
RECEITA TOTAL	**68.989**	**69.875**	**34.090**	**67.963**	**68.351**	**36.552**	**7,2%**	**-1,0%**

Fonte: RREO - ANEXO 1 (LRF, Art 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) e Boletim da Receita. A variação real utiliza o IPCA.

A Receita Total no acumulado de janeiro a junho de 2021 foi de R$ 36,6 bilhões, valor 7,2% superior ao mesmo período de 2020 em termos nominais, o que representa redução de 1,0% em termos reais. Nesse mesmo período, as Receitas Correntes cresceram 10,0% nominalmente, correspondendo a uma variação real de 1,5% e as Receitas de Capital apresentaram uma contração de 37,4% em termos nominais e 42,4% reais.

O grupo das Receitas Correntes é composto pela receita de Tributos que representa 62,3% do total, seguida de Transferências (31,0%), Patrimonial (1,5%), de Contribuições (3,5%), Outras Receita Correntes (1,3%) e Serviços (0,3%).

O grupo Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria apresentou variação positiva de 9,0% em termos reais, reflexo de uma base deprimida em 2020 em virtude da pandemia. Sobre o ISS, houve aumento de 24,3% em termos nominais e 16,8% em termos reais no 1º semestre

Prodesp GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO documento assinado digitalmente
A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sábado, 9 de outubro de 2021 às 00:52:48.